

Esquerda do PMDB vai a Sayad pedir cuidado com cortes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Cinco deputados da "esquerda independente" do PMDB almoçaram ontem com o ministro João Sayad, do Planejamento, que no dia anterior fez o mesmo com a bancada da Frente Liberal no Senado — ocasião em que o grupo manifestou sua preocupação com o corte de Cr\$ 25 trilhões previstos nos investimentos e nos custeios das empresas estatais. Sayad expôs aos parlamentares que a redução de dispêndios está sendo executada com o devido cuidado para não causar recessão nem agravar o desemprego.

Os deputados Francisco Pinto, Miguel Arraes, Ailton Soares, João Hermann e João Gilberto — que deixaram o restaurante executivo do 9º andar do Ministério do Planejamento sem contato com a imprensa — se preocuparam também com o que eles chamaram de ausência de uma articulação política de apoio ao presidente José Sarney, defendendo a criação de canais eficazes de comunicação entre o Executivo e o Legislativo. Sayad concordou que em dado momento o governo tem carecido de respaldo político do Congresso para suas medidas moralizadoras.

Segundo um assessor de Sayad, que se encarregou de dar os informes sobre a reunião-almoço, Sayad voltou a acentuar que o País precisa voltar aos patamares históricos de crescimento da economia na razão de 6 a 7% ao ano, até mesmo como medida de urgência para sanar o desemprego e a fome.

DOCUMENTO

O grupo da "esquerda independente" do PMDB manteve também um encontro com José Sarney, no último dia 21, no Palácio do Planalto, ocasião em que entregou ao presidente da República um extenso documento relembrando os compromissos assumidos pelo falecido presidente Tancredo Neves, quando inaugurou a Nova República, principalmente no que diz respeito à "renegociação soberana" da dívida externa.

Ao ministro do Planejamento, os deputados fizeram a entrega de uma cópia do documento e um assessor revelou depois que Sayad já tinha uma. A "esquerda independente" frisa, no documento, que "a nossa dívida externa é quase toda construída sob a égide de cláusulas leoninas. O Brasil pagou em 15 anos — 1970 a 1985 — US\$ 144 bilhões e 992 milhões, uma vez e meia o valor atual da dívida externa (US\$ 104 bilhões), correspondente a US\$ 73 bilhões e 659 milhões, a título de amortização do principal, e US\$ 71 bilhões e 333 milhões referentes a juros e serviços".

Dentro do ponto de vista de que a obediência rígida aos bancos credores e ao FMI significa que o País não voltará a crescer e continuará com sua economia na recessão, os parlamentares da "esquerda independente" propõem a suspensão do pagamento da dívida até que o governo brasileiro busque um acordo que vise à sua reestruturação, com vantagem para o País. Defendem também a formação de um "clubes de devedores" dos países subdesenvolvidos.

O documento dos parlamentares diz ainda que "é intolerável todo achatamento do salário real" e acrescenta que "o ônus da reestruturação do sistema financeiro interno não pode recair sobre a pequena poupança, sobre os fundos de garantia e sobre os recursos necessários a atividades produtivas". Em seguida, "a esquerda independente" do PMDB diz que "é preciso romper, rapidamente, o círculo vicioso da especulação financeira". Nos próximos dias, os deputados almoçarão com o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, com o qual manifestam discordâncias em relação à condução da política econômica.

OPERAÇÃO TESOURA

O ministro do Planejamento, João Sayad, iniciou a "operação tesoura" sobre as prioridades de Estados e municípios para a tomada de empréstimos externos, começando por Mato Grosso, cujo governador, Júlio Campos, recebeu ontem a informação de que seu limite, anteriormente fixado em US\$ 102 milhões, fora reduzido para apenas US\$ 40 milhões. Estados como Goiás, Paraíba, Maranhão e outros sofrerão os mesmos cortes, pois o Banco Central tem em caixa somente US\$ 3,5 bilhões e existem prioridades concedidas no valor de US\$ 5,5 bilhões.

Júlio Campos esteve ontem com o titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), Henri Philippe Reichstul, para tomar ciência da redução das prioridades de Mato Grosso, anteriormente concedidas "com generosidade" pelo ex-ministro Delfim Netto. Apesar de tudo, ele disse não lamentar o corte, por estar convencido de não existir discriminação, mesmo sendo do PDS malufista. "O meu Estado — afirmou Júlio Campos — teve um acréscimo de 30% reais na arrecadação de ICM em 1984 em relação a 1983. É uma prova de que estamos crescendo acima da média nacional."

Informou que as negociações que estavam em andamento com um consórcio de bancos estrangeiros, entre eles o Midlan Bank, Royal Canadian, Continental Illinois, serão mantidas, mas já incluindo menos dinheiro.